

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM MECANISMO DE INCLUSÃO SOCIAL

YOUTH AND ADULT EDUCATION: A MECHANISM FOR SOCIAL INCLUSION

Regiane Carvalho Mendes 1
Silvanis dos Reis Borges Pereira 2
Neila Barbosa Osório 3

Resumo: Há pouco mais de cem anos, a universalização da educação passou a ser discutida e implementada no país. A educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação básica destinada a pessoas que não tiveram acesso à educação convencional, permitindo que o aluno que não concluiu os estudos na idade apropriada conclua em um menor tempo, possibilitando uma melhor qualificação para o mercado de trabalho. A pesquisa teve como objetivo geral: compreender de que forma a educação de Jovens e adultos se torna um mecanismo de inclusão social. Seguindo dos objetivos específicos: I) discutir como a EJA é ofertada na rede pública de educação; II) explicar as consequências para jovens e adultos que não tiveram acesso à educação; III) revisar estratégias pedagógicas que possam contribuir para a permanência do aluno na EJA. Utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. A pesquisa permitiu entender a importância da oferta da Educação para Jovens e Adultos, constituindo-se um mecanismo de inclusão social, com a EJA os estudantes têm a possibilidade de desenvolver-se de forma intelectual, social e crítica e, ainda, profissionalizar-se para o mercado de trabalho, diminuindo formas de discriminação e opressão do ser humano.

Palavras-chave: Jovens e Adultos. Educação. Inclusão.

Abstract: A little more than a hundred years ago, the universalization of education began to be discussed and implemented in the country. Youth and Adult Education - EJA is a teaching modality that crosses all levels of basic education aimed at people who did not have access to conventional education, allowing students who did not complete their studies at the appropriate age to complete it in a shorter time, enabling a better qualification for the job market. The general objective of the research was: to understand how youth and adult education becomes a mechanism for social inclusion. Followed by the specific objectives: I) to discuss how EJA is offered in the public education network; II) explain the consequences for young people and adults who have not had access to education; III) review pedagogical strategies that can contribute to the permanence of the student in EJA. We used bibliographic and documentary research with a qualitative approach. The research allowed us to understand the importance of Ed's of Education for Youth and Adults, constituting a mechanism of social inclusion, with EJA students have the possibility to develop intellectually, socially and critically and also professionalize themselves for the job market, reducing forms of discrimination and oppression of human beings.

Keywords: Youth and Adults. Education. Inclusion.

- 1 Pedagoga Egressa do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins-Unitins (campus Araguatins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4954289206775961>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2449-0598>. E-mail: regiane.jrara@gmail.com
- 2 Mestre pesquisadora em Educação, Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista CAPES doutorado sanduiche em Portugal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8634558572555772>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4580-5681>. E-mail: silvanisborges@hotmail.com
- 3 Professora Doutora Pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8325746711520223>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6346-0288>. E-mail: neilaosorio@mail.uft.edu.br

Introdução

A inclusão social por meio da Educação de Jovens e Adultos EJA faz-se necessária uma vez que, através da educação, os cidadãos tornam-se sujeitos mais reflexivos acerca das questões sociais, bem como sabedores de seus deveres e direitos. Dessa forma, os alunos da EJA podem expandir seus conhecimentos, favorecendo assim sua atuação social. Com isso, é indispensável compreender de que forma a educação de Jovens e adultos se torna um mecanismo de inclusão social.

Podemos destacar que a educação se configura direito público subjetivo e inalienável da condição humana, defendido e inscrito na Constituição Federal de 1988. Assim, a EJA pode ser entendida como modalidade da educação básica, que tem, entre outros, o objetivo de realizar a busca de sujeitos que não obtiveram o ingresso ou acesso à educação na idade própria, propondo, com isso, o desenvolvimento do educando, seu acesso à cidadania e, principalmente, ao mercado do trabalho. Partindo desse pressuposto, podemos então indagar sobre como a educação de jovens e adultos se torna um mecanismo de inclusão social?

O objetivo geral do trabalho é: compreender de que forma a educação de Jovens e adultos se torna um mecanismo de inclusão social. Seguido dos objetivos específicos: discutir como a EJA é ofertada na rede pública de educação; explicar as consequências para jovens e adultos que não tiveram acesso à educação; revisar estratégias pedagógicas que possam contribuir para a permanência do aluno na EJA.

O trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos uma breve reflexão sobre o que é educação, para dar embasamento foi utilizada a Constituição Federal de 1988 e, ainda, os autores Álvaro Pinto e Paulo Freire, em seguida, de forma breve, abordamos a respeito do que é a Educação de Jovens e Adultos- EJA, trazendo também um breve histórico da trajetória da Educação de Jovens e Adultos.

Os dois últimos capítulos seguem abordando a discussão acerca do que é inclusão social, e os principais impactos que podem ocorrer na vida de jovens e adultos pela falta do acesso à escolarização e a busca de estratégias que contribuam para sua permanência na EJA. Posteriormente, apresentamos os procedimentos metodológicos para a elaboração da pesquisa e, por último, apontamos os resultados e discussões e considerações finais.

Metodologias

A pesquisa de acordo com a abordagem é qualitativa, Minayo (1993, p. 21) explica que “a pesquisa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

De acordo com a natureza, é uma pesquisa básica, e quanto aos objetivos à pesquisa é descritiva. Gil (2008, p. 47) salienta que “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”. Compreende-se com isso que a pesquisa de caráter descritiva assume critério primordial para a realização deste trabalho, uma vez que seus objetivos visam compreender aspectos relacionados à sua temática.

Assim, a pesquisa proposta segue caráter bibliográfico e documental. Lakatos e Marconi (2008, p. 42): salientam que “a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para reconhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Ressaltando a pesquisa bibliográfica Gil afirma que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como

pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (Gil, 2008, p. 69).

Os materiais foram selecionados de forma aleatória conforme as palavras-chave das discussões, selecionados periódicos especializados. Entre eles podemos citar: livros, legislação, revistas, artigos.

O que é a educação?

Segundo o dicionário *on-line* de português Aurélio (2010), “a educação é o ato ou processo de educar-se de aperfeiçoar as capacidades intelectuais de alguém”. O ato de educar é inerente ao ser humano, toda ação que ajusta o indivíduo dentro do seu círculo de convivência é uma forma de educação. Ela é um instrumento indispensável para o desenvolvimento do ser humano. A Constituição Brasileira de 1988 em seu capítulo III, artigo 205 estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p.123).

Esse registro de extrema relevância foi à base para a criação da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, esse documento surge como um dos principais pilares da educação determina que a Educação escolar seja dividida em dois níveis, segundo a LDB, em seu artigo 21: Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica apresenta três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Segundo a LDB, a Educação de Jovens e Adultos em seu artigo 37 estabelece que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. De posse dessa definição, é notório observar que a educação de jovens e adultos vai além de uma educação inclusiva ela visa à realização subjetiva de cada cidadão brasileiro. Para Pinto,

A educação é um processo, portanto é o decorrer de um fenômeno (a formação do homem) no tempo, ou seja, é um fato histórico. Todavia é histórico em duplo sentido: primeiro, no sentido de que representa a própria história individual de cada ser humano; segundo, no sentido de que está vinculada a fase vivida pela comunidade em sua contínua evolução (Pinto, 2010, p. 30).

Explicitando sobre os caracteres da educação, o autor deixa claro que a educação é um processo de transformação. Ampliar vocação e vocabulário, adquirir hábitos de pensamento, aperfeiçoar biografias, alargar horizontes, todos esses exemplos são inerentes às ações de ler e pensar, e o pensar faz com que o sujeito seja modificado, assim inicia a verdadeira metamorfose desse processo. É mister que a educação está intrinsecamente ligada ao ser humano e suas culturas.

Ainda conforme Pinto (2010, p. 31), “a educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita”. Podemos então perceber que o autor declara que a educação também se caracteriza por transmissão de culturas. De fato, costumes e valores são evidenciados como forma de proferir educação.

Nessa perspectiva, Pinto (2010, p. 43) nos explica que: “o conteúdo da educação tal como a forma, tem caráter eminentemente social e, portanto, histórico, é definida para cada fase e para cada situação da evolução de uma comunidade”. É inegável afirmar que a educação é fundamental na sociedade, pois ela é capaz de ampliar horizontes, potencializar competências, além de promover socialização entre as pessoas. Como aponta o pensador Paulo Freire:

Do ponto de vista de tal visão da educação, é da intimidade das consciências, movidas pela bondade dos corações, que o mundo se refaz. E, já que a educação modela as almas e recria os corações, ela é a alavanca das mudanças sociais (Freire, 1989, p. 18).

Assim a educação é capaz, sem dúvida, de fomentar transformações no meio ao qual o indivíduo está inserido. Sendo ela uma alavanca dessas mudanças, é inegável afirmar que os indivíduos que dela se beneficiam tendem a se qualificar para o mercado de trabalho, no qual suas possibilidades de fato são reais e, principalmente, interferem numa melhor qualidade de vida. Com isso não apenas sua própria realidade é modificada, mas a própria sociedade.

O Que é a Educação de Jovens e Adultos EJA?

A EJA é a sigla que significa Educação de Jovens e Adultos, historicamente iniciou-se no Brasil desde a época de seu descobrimento, quando os Jesuítas tinham a missão de alfabetizar (catequizar) os índios tanto crianças como os adultos em uma intensa ação cultural e educacional, com o objetivo de fazer com que eles aderissem ao catolicismo e, ainda, ao trabalho educativo.

No Brasil a EJA tem uma trajetória longa, baseada em conceitos, normativos, objetivos e modos de operacionalização que se transformaram no tempo, de acordo com o contexto histórico. Dessa forma segundo Masagão *et. al.*:

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos (Masagão *et al.*, 2001, p. 19).

Em síntese, a autora elucida que, apenas a partir de 1930, a educação no Brasil passa a abranger o sistema público. Após essa fase, a educação começa a evoluir ainda mais. Logo em conformidade com a autora supracitada,

A ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, é notório observar que segundo a autora por meio de todas essas transformações a educação brasileira passa a ter viés de direito público (Masagão *et al.*, 2001, p. 5).

Mais tarde, na década de 40, logo após a 2ª Guerra Mundial, o mundo está voltado para novas propostas de liberdade, democracia, paz e direitos humanos. Assim, de acordo com a autora Masagão *et al.* (2001, p. 06), “nesse período, a educação de adultos define sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional de massa, a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947”. Em meio às transformações após a revolução industrial, o país demandava mão de obra especializada para operar no mercado de trabalho, contudo a situação do analfabetismo no Brasil era excessivamente elevada e tão pouco dispunha de indivíduos qualificados para atenderem a demanda.

Nesse contexto, emerge um novo olhar pedagógico para a educação de jovens e adultos, olhar esse do educador Paulo Freire, objetivando a alfabetização desses indivíduos. Suas contribuições persistem até os dias atuais como método exitoso e estratégias educacionais para atender os jovens e adultos trabalhadores. Para este educador, a educação de jovens e adultos deveria ser mais do que saber ler e escrever, era o passaporte para sair da margem da exclusão social, obtendo uma educação libertadora.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspiraram os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares. Desenvolvendo e aplicando essas novas diretrizes, atuaram os educadores do MEB — Movimento de Educação de Base, ligado à CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dos CPCs — Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE-União Nacional dos Estudantes, dos Movimentos de Cultura Popular, que reuniam artistas e intelectuais e tinham apoio de administrações municipais (Masagão *et al.*, 2001, p. 20).

Por meio da união desses grupos, a educação de jovens e adultos pôde dar um passo à frente, ainda segundo a autora,

Esses diversos grupos de educadores foram se articulando e passaram a pressionar o governo federal para que os apoiasse e estabelecesse uma coordenação nacional das iniciativas. Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire (Masagão *et al.*, 2001, p. 9).

Contudo, ainda no pensamento da autora Masagão *et al.* (2001, p. 09), “a preparação do plano, com forte engajamento de estudantes, sindicatos e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época, seria interrompida alguns meses depois pelo golpe militar”. Segundo Freire,

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências/ à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na continuidade do meio popular (Freire, 2011, p.16).

Seguindo a perspectiva do autor patrono da educação, é possível deduzir que o conceito de educação de adultos se estabelece neste prisma de realidade e cotidiano que envolve o processo educacional desses atores sociais. O autor ainda salienta que:

Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade (Freire 2001, p. 16).

Seguindo o raciocínio do autor, é notório observar que os educadores necessitam desenvolver estratégias que busquem alcançar os objetivos de alfabetização inserindo em suas práticas pedagógicas contextualização e relação com o cotidiano dos alunos, de modo a oportunizá-los a mobilizar os conhecimentos adquiridos na tomada de decisão e resolução de problemas diante de situações concretas. Ainda na perspectiva do autor,

A educação de adultos, virando Educação Popular, tornou-se mais abrangente. Certos programas como alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular (Freire 2001, p. 16).

Assim, a educação de adultos ainda se constitui como Educação Popular que, segundo o autor, uma educação mais vasta, ou seja, torna-se mais acessível, ampliando sua atuação. A Educação Popular valoriza a trajetória dos seus educando, o educador não é visto como o detentor do conhecimento, ele é um mediador do conhecimento. E apresenta como um dos principais objetivos o ingresso no ensino superior.

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra (Freire 1989, p. 19).

Para ele a alfabetização de adultos vai além da ação de ler e escrever, é muito mais ampla, uma vez que a alfabetização se caracteriza como um ato político, no qual a reflexão e a crítica devem estar intrinsecamente ligadas com o próprio ato de ler.

Ainda fazendo uma análise sobre o que é a Educação de Jovens e Adultos, é possível destacar que é uma modalidade de ensino da educação básica, destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade adequada.

Ela também é popularmente conhecida como supletivo e também educação popular, como já mencionado acima. O ensino fundamental nessa modalidade é ofertado para pessoas que tenham 15 anos ou mais e para o ensino médio que permitirá posteriormente o seu ingresso no ensino superior, a partir dos 18 anos.

Nesse contexto, a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, entre as quais preconiza:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: **IV** - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) **VI** - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; **VII** - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (Brasil, 1996, p. 8).

Conforme estabelecido pela lei acima mencionada, é possível identificar que o acesso à educação de Jovens e adultos abrange um direito subjetivo, que orienta a forma de acesso desse estudante. Logo, conforme Gadotti (2011, p. 39), “a educação de jovens e adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador”. Por outras palavras fica evidente que a EJA possibilita melhor qualidade de vida para este estudante, uma vez que, alcançando outros graus de ensino, o indivíduo tem a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

O que é inclusão social?

Quando se fala em inclusão social, sugere-se que o conceito seja mais bem definido como a ação de incluir. Obviamente isso faz todo o sentido, contudo, para falarmos em inclusão social, é pertinente compreender sobre a diversidade social. Trata-se da multiplicidade e a variedade, ou seja, todas as pessoas têm suas peculiaridades. Os indivíduos não são iguais, portando eles devem ser vistos de forma subjetiva. Segundo o dicionário, inclusão refere-se a:

Conjunto de ações que procuram dar acesso aos benefícios da vida em sociedade (saúde, educação, emprego, direitos) para indivíduos que, por algum motivo (classe social, educação, deficiência, opção sexual, raça), encontram-se desfavorecidos em relação ao sistema vigente na sociedade. (Ferreira, 2010, p. 22).

Nessa perspectiva, podemos destacar que a inclusão social significa incluir pessoas que estejam à margem da sociedade e, além disso, permitir que essas pessoas se sintam incluídas, que estabeleçam o senso de pertencimento, que elas possam ter condições de vivenciar sua participação na sociedade e, ainda, prevalecer efetivamente sua valorização, vez, voz e respeito.

O conceito de Inclusão no âmbito específico da Educação implica, antes de mais, rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e desta forma atingir a qualidade acadêmica e sócio cultural sem discriminação (Rodrigues, 2006, p. 02).

Neste cenário, a unidade escolar tem o objetivo de acolher a todos, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem de todos. Dessa forma, a escola deve romper com os aspectos de exclusão, buscar ofertar uma educação inclusiva para o grupo tido por minorias, como índios, negros, pessoas com deficiência entre outros, corrobora Rodrigues quando afirma que:

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (Rodrigues, 2000, p. 10).

Conforme o autor, o papel da educação inclusiva é de respeitar as diversas culturas, bem como apostar em uma unidade escolar que busque promover uma aprendizagem de qualidade para todos. Para Crochik (2012 p. 40), “a educação inclusiva se destina aos alunos pertencentes a minorias sociais que, por diversos motivos, não estavam, anteriormente, presentes nas escolas e salas de aula regulares” Esse raciocínio está interligado à educação de jovens e adultos, ou seja, a educação inclusiva tem como fundamental objetivo garantir que todos os alunos, independentemente das suas características e diferenças tenham acesso à educação, e de qualidade.

A discussão sobre educação inclusiva envolve a relação exclusão e inclusão que ganha tonalidades diferentes e altera as políticas sociais, impondo uma nova ética e uma moral que justificam o controle das tecnologias, o monopólio das riquezas, o domínio das informações, a circulação de conhecimento, a seleção dos benefícios, a delimitação dos territórios e as possibilidades de melhorias de vida (Diaz *et al.*, 2009, p. 12).

A declaração universal dos direitos humanos, Assembleia Geral da ONU 1948, estabelece que “toda pessoa tem direito à educação”. Mais tarde em 1990, por meio da Conferência Mundial Sobre a Educação para todos, que aconteceu na cidade de Jomtien na Tailândia nos dias 05 a 09 de março, foram discutidos assuntos pertinentes a uma educação inclusiva, objetivando estabelecer

compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários para uma vida digna, uma sociedade mais humana e mais justa. Ficaram estabelecidos entre outros objetivos o seguinte:

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (UNESCO, 1990, p. 4).

É possível observar que, segundo esse documento, a educação de jovens e adultos deve ser entendida para além de apenas saber ler, escrever e fazer contas, mas efetivamente para que o indivíduo possa desenvolver suas habilidades, ingressar no mercado de trabalho e obter uma vida digna.

A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem (UNESCO, 1990, p. 4).

Logo é necessário que não apenas os jovens e adultos estejam matriculados, mais do que isso, é preciso que essa educação seja de qualidade, que promova o seu acesso com equidade nos contextos sociais e no mercado de trabalho, buscando sempre consolidar sua permanência e, ainda, reduzir as desigualdades sociais.

As necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos são diversas, e devem ser atendidas mediante uma variedade de sistemas. Os programas de alfabetização são indispensáveis, dado que saber ler e escrever constitui-se uma capacidade necessária em si mesma, sendo ainda o fundamento de outras habilidades vitais. A alfabetização na língua materna fortalece a identidade e a herança cultural. Outras necessidades podem ser satisfeitas mediante a capacitação técnica, a aprendizagem de ofícios e os programas de educação formal e não formal em matérias como saúde, nutrição, população, técnicas agrícolas, meio-ambiente, ciência, tecnologia, vida familiar - incluindo-se aí a questão da natalidade - e outros problemas sociais (UNESCO, 1990 p. 5).

Os educadores devem buscar metodologias, estratégias didáticas, e inovações objetivando a melhor maneira de trabalhar com aluno, acreditando no seu potencial, fortalecendo a cultura a qual esse aluno pertence. Não podemos deixar de mencionar aqui sobre a exclusão social, ela é antagônica ao termo inclusão, ou seja, a pessoa excluída é aquela que não está “dentro”, que não conseguiu entrar no “centro”, em outras palavras, é o que consta a margem.

A exclusão social está intimamente ligada à desigualdade social. A exclusão social consiste, ainda, em um processo de distanciar grupos sociais dos centros das decisões, sejam políticas, culturais, econômica, isto é, a exclusão social afasta esses grupos desse foco, fazendo com que esses grupos se localizem à margem do processo histórico.

Não se sabe bem o que todos estes discursos querem dizer com Inclusão e é legítimo pensar que muitos significados se ocultam por detrás de uma palavra-chave que todos usam e se tornou aparentemente tão óbvia que parece não admitir qualquer polissemia. No discurso dos “media” e do quotidiano, o conceito de Inclusão está relacionado antes de mais com não ser excluído, isto é, com a capacidade de pertencer ou de se relacionar com uma comunidade (Rodrigues, 2006, p. 02).

Para além da perspectiva da própria inclusão social, a educação de jovens e adultos segundo Freire (1989, p. 13), “inicialmente me parece interessante reafirmar que sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador”. O próprio ato político configura-se como forma de inclusão social.

O sujeito excluído identifica-se, muitas vezes, como incapaz de obter sentimento de pertencimento, sua voz é silenciada, seus pensamentos, modos, costumes, culturas não são valorizados.

Principais impactos que podem ocorrer na vida de jovens e adultos pela falta de acesso à escolarização, e a busca de estratégias que contribuam para a inserção e sua permanência na EJA

A evasão escolar é uma realidade presente nas escolas brasileiras especialmente na rede pública, é identificada quando o aluno deixa de frequentar a escola. Na educação de jovens e adultos, o cenário é ainda mais preocupante. Os alunos, muitas vezes, evadem da escola por várias razões. O aluno da EJA divide seu tempo com inúmeras obrigações e responsabilidades. São geralmente pessoas que necessitam trabalhar para manter sua própria subsistência.

A divisão da vida em etapas como infância, adolescência, juventude, idade adulta e velhice, se deu em um determinado momento histórico e significou uma divisão não só biológica, mas social. Pois além de delimitar as etapas de vida, segundo uma divisão de idades cronológicas, para cada uma destas etapas foram atribuídos sentidos, valores, cuidados, deveres e direitos (Sant’ana, 2018, p. 88).

Para cada fase da vida, existe seu próprio contexto, entretanto há contextos distintos, uma vez que cada indivíduo vivencia sua própria experiência de vida. Essas experiências, muitas vezes, o impede de adquirir a aprendizagem na época apropriada. Os motivos quase sempre são o pouco ou nenhum acesso da família aos direitos fundamentais.

Um dos maiores desafios para a efetivação dos direitos humanos e às diversidades no Brasil é a herança de violência e desigualdade articuladas por questões de classe, raça, etnia, geração e gênero que marcam as relações sociais. Parte da população brasileira ainda não tem acesso às condições mínimas de sobrevivência e enfrentam diariamente os desafios impostos pela exclusão social. Muitas brasileiras e brasileiros ainda estão vivendo sob condições degradantes de exploração, sem acesso à educação, saúde, saneamento básico ou a uma alimentação adequada (Oliveira, 2018, p. 97).

Para o jovem ou adulto que não obteve acesso à escolarização, é nítido que essas desigualdades tendem a se perpetuar, visto que esse processo se torna um círculo vicioso, uma reprodução social e cultural. Essas consequências podem ser definitivas e incluem, entre outros aspectos, a falta de informação, a dificuldade em obter os direitos e cumprir seus deveres, ou seja, não participar efetivamente da cidadania.

Existem algumas consequências que podem acometer o indivíduo analfabeto, sem escolarização. Como ressalta Pinto (2000 p. 94), “o descuido da família em educar seus filhos, os vícios e o mau ambiente moral em que nasce a criança. A intolerância, a preguiça do indivíduo, a incapacidade de adaptação ao meio, à rebeldia aos bons hábitos”.

Além disso, é relevante afirmar que o aluno com maior grau de instrução pode conquistar espaço no mercado de trabalho, pois a escolarização é indispensável para adquirir melhores salários, assim como os cargos mais concorridos, já que quanto maior a formação, maiores são as possibilidades. Com isso, a escola tem a responsabilidade de primar pela matrícula e permanência do aluno na EJA. Segundo Garcia,

O cotidiano escolar é constituído de uma rede de relações históricas que está revestida de situações que podem produzir angústia, adoecimento, exclusão e opressão, seja em professores, ou em alunos. Estas relações são tratadas muitas vezes como naturais e, por isso mesmo, parecem estar forjadas numa certa essência do que seria a escola (Garcia 2018 p. 79).

Assim sendo, o ambiente escolar deve ser acolhedor, promover, de fato, socialização e interação entre os alunos, professores e todos os atores sociais que fazem parte do espaço escolar. As relações estabelecidas dentro da unidade escolar devem produzir na sociedade e na comunidade sensação de bem estar e sentimento de pertencimento, de modo que esse jovem ou adulto possa construir sua própria identidade.

Uma característica frequente do aluno é sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (Brasil, 2006, p.16).

Essa realidade tende a ser frequente na EJA, é nesse momento que o educador utiliza de estratégias metodológicas para reverter essa situação cotidiana nas escolas, com a busca por aulas mais interessantes para esses alunos, bem como utilizar também a inovação. Nesse sentido, a tecnologias, didáticas diferenciadas, conteúdos mais atrativos, geram resultados positivos no que tange a assiduidade do aluno. Assim Abreu explica que:

Conhecer o mundo diversificado onde você trabalha ou trabalhará e as formas de produção do conhecimento é o ponto de partida para refletir, compreender e buscar estratégias e metodologias para o ensino da EJA. Assim sendo, serão apresentadas reflexões que procuram centrar-se numa epistemologia do processo de ensino-aprendizagem como uma fundamentação de estratégias e metodologias possíveis para a EJA (Abreu, 2014, p. 108).

O professor que conhece e se identifica com seu local de trabalho, sem dúvida, desempenhará na EJA uma atuação pautada na reflexão e análises de quais caminhos serão determinantes para alcançar objetivos e metas estabelecidos para sua práxis. As consequências dessa postura profissional evidentemente serão plausíveis. Abreu (2014, p. 108) ainda ressalta que: “para desenvolver um sistema de relação de modo que, por meio de estratégias e metodologias, o ensino seja facilitado, você precisa elaborar uma compreensão mínima da capacidade de aprendizagem dos alunos”.

O planejamento em qualquer etapa ou nível escolar se configura como uma ação essencial para o professor, e na EJA essa ação também é indispensável. Depois de conhecer o ambiente e o nível de aprendizagem dos alunos, é hora de planejar, executar e avaliar. Desse modo, o educador é capaz de minimizar possíveis imprevistos e estabelecer quais escolhas mais significativas para aquela situação.

O trabalho de organizar e planejar o ensino na EJA tem um forte componente econômico, social, político e educacional. É uma atividade pedagógica complexa devido à evidência

da grande heterogeneidade presente nesse grupo, pois se caracteriza não apenas por uma questão de especificidade etária, mas primordialmente por uma questão cultural (Abreu, 2014, p. 110).

Entende-se que os professores da EJA se empenham em desenvolver um trabalho que tenha êxito e resultados positivos, nessa perspectiva a permanência desse aluno na sala de aula é algo primordial, para isso é preciso compreender os motivos que levam esses estudantes a evadirem das escolas, de modo a compreender suas especificidades para poder auxiliá-los no processo de aprendizagem, objetivando ampliar a visão de mundo desses alunos, a visão crítica, como também sua ascensão ao ensino superior e, conseqüente, inserção no mercado de trabalho.

Considerações finais

No contexto atual, é possível observar que a Educação de Jovens e Adultos se constituiu como um mecanismo de inclusão social visto que, por meio de seu acesso, os estudantes têm a possibilidade de desenvolverem-se de forma intelectual, social e crítica e, ainda, profissionalizar-se para o mercado de trabalho. Sendo ela uma modalidade de ensino, ofertada pela rede pública, o ensino fundamental para pessoas que tenham a faixa etária de 15 anos ou mais e, para o ensino médio, que permitirá posteriormente o seu ingresso no ensino superior, a partir dos 18 anos.

A pesquisa permitiu entender a importância da oferta da Educação para Jovens e Adultos, por consequência de longos períodos de exclusão e omissões. A EJA não foi e nem é uma das prioridades educacionais do país, persistindo a produção capitalista com grande contradição entre educação e trabalho, uma vez que o aluno não teve acesso à escolarização se inclina a alguns impactos que podem ser desfavoráveis, isto é, esses sujeitos, muitas vezes, estão à margem da evolução, não tem o acesso a outros graus de ensino, por consequência sua condição social pode ficar estagnada e, ainda, o convívio em sociedade pode ser insociável.

Por meio da pesquisa, foi possível perceber que é necessário aderir a estratégias diferenciadas quando o assunto é Educação de Jovens e adultos e, nesse sentido, a escola tem papel primordial em conjunto com o professor e a comunidade. A escola deve ainda oferecer recursos educativos que possam favorecer o protagonismo desses alunos, para que, assim, contribua com sua permanência na EJA, aspirando o respeito à diversidade e objetivando uma escola inclusiva de fato.

Vale ressaltar que a pesquisa foi de grande valia para conhecer a realidade dessa modalidade educacional. Por meio das abordagens apresentadas, infere-se que, ainda, há muito a ser melhorado para que o processo de ensino e aprendizagem dos jovens e adultos tenha êxito ainda maior, que resulte em aprendizagem significativa, sobretudo é oportuno que surjam novas políticas públicas que favoreçam a Educação de jovens e Adultos.

Em síntese, é essencial observar que o tema da pesquisa apresentada está longe de se esgotar. Assim é provável que este artigo científico possa ainda dar embasamento e contribuir com discussões, pesquisas acadêmicas e diversas reflexões.

Referências

ABREU, A. C. S. de. **Educação de jovens e adultos**: caderno pedagógico. 1. ed. – Florianópolis: UDESC: UAB: CEAD, 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560957/2/edu%20jovens%20adultos%20Web.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos**: Alunos e Alunas da EJA: Caderno 1. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 20 set. 2022.

CROCHÍK, J. L. Educação inclusiva e preconceito: Desafios para a prática pedagógica. *In: O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares* Theresinha Guimarães Miranda, Teófilo Alves Galvão Filho. Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2012.

DÍAZ, F., *et al.*, orgs. Prefácio. *In: Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 9-12. ISBN: 978-85-232-0928-5. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-01.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba, PR: Positivo, 2010. 856 p. ISBN 9788538542407.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2001. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 60 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-etc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos – **Teoria, Prática e Proposta**. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GARCIA, R. M. **EJA, diversidade e inclusão**: reflexões impertinentes / Marluce Pereira da Silva (organização). - João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/139/57/557-1?inline=1>. Acesso em: 20 set. 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/denis/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

MASAGÃO, V. M. R. **Educação para jovens e adultos**: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento / coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2022.

OLIVEIRA, K. S. de. Resenha - Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. **Inter-Ação**: Rev. Fac. Educ. v. 31, n. 2, p. 291-299, jul./dez. 2006. São Paulo: Summus, p. 299- 318, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/1261/1291>. Acesso em: 20 set. 2022.

OLIVEIRA, M. K. de. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Set./Dez.1999, n. 12, p. 59-73. Disponível em: <http://eixovpsicologia.pbworks.com/f/texto+6.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

OLIVEIRA, T. G. Desigualdade Social: obstáculos para o exercício da cidadania. *In*: GARCIA, Renata Monteiro; SILVA, Marluce Pereira da. (org). **EJA, diversidade e inclusão**: reflexões impertinentes (anização). João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/139/57/557-1?inline=1>. Acesso em: 20 out. 2022.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

RODRIGUES, D. O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível. **Inclusão**, v. 1, p. 7-13, 2000.

SANT'ANA, N. G. de; Silva Junior. Jovens, adultos e idosos como sujeitos do conhecimento. *In*: GARCIA, Renata Monteiro; SILVA, Marluce Pereira da. **EJA, diversidade e inclusão**: reflexões impertinentes. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/139/57/557-1?inline=1>. Acesso em: 20 set. 2022.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. UNESCO. Educação para todos: o compromisso de Dakar. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 25 set. 2022.

Recebido em 15 de março de 2023.
Aceito em 07 de novembro de 2023.